

Sumário

Apresentação	5
--------------------	---

Temas de Parte Geral

1. A posição de garantidor do chefe do Poder Executivo na administração pública direta: requisitos concretos para nortear a análise acusatória	19
ANNA JULIA MENEZES	
1. Introdução	20
2. O caso paradigma	20
2.1. O problema	22
3. Análise da posição de garantidor do chefe do Poder Executivo municipal. Elementos que fundamentam a fixação dos critérios materiais	23
3.1. Noções essenciais de administração pública sob a ótica de proteção do bem jurídico “proibição da administração” e a vigilância sobre a fonte de perigo	25
3.2. Critérios para determinar a posição de garantidor e a materialização do controle do chefe do Executivo, à luz do caso paradigma	28
3.3. A espécie de garantidor adequada, seu fundamento material e a secretaria municipal como fonte de perigo.....	31
3.4. O Prefeito como garantidor originário	31

4. Solução proposta	34
5. Conclusão	35
Referências bibliográficas	37
 2. A abrangência da aplicação do princípio da confiança em relação aos Diretores-Presidentes de sociedades anônimas de capital aberto.....	41
THOMAZ PUSTILNIK	
1. Introdução	41
2. Casos de controle	44
3. O cargo de diretor-presidente nas sociedades anônimas de capital aberto	45
4. O alcance do dever de vigilância do diretor-presidente nas sociedades anônimas de capital aberto	48
5. A abrangência da aplicação do princípio da confiança em relação ao diretor-presidente	51
6. Conclusão e solução dos casos.....	56
 3. A colisão de deveres e a programação de veículos autônomos em situações dilemáticas	59
RODRIGO DE CASTRO SARDENBERG	
1. Apresentação do problema.....	59
2. Caso-base e variante	63
3. A colisão de deveres justificante	63
3.1. Colisão de deveres de salvamento	67
3.2. Os deveres do programador.....	69
4. Hierarquização dos deveres	72
4.1. Ponderação de interesses e deveres e a imponderabilidade da vida humana	72
4.2. Solução do caso-base e da variante	75
Conclusões	77

SUMÁRIO

4. Os erros de proibição (in)evitáveis nos crimes contra o mercado de capitais: Fundamentos para reconhecê-los e proposta de adoção de critérios para aferição	79
STEPHANIE PASSOS GUIMARÃES BARANI	
1. Introdução	80
2. Panorama doutrinário sobre a evitabilidade do erro de proibição em mercados regulados	80
3. Fundamentos da inevitabilidade de erros no mercado de capitais .	83
3.1. A vagueza e as condições materiais da regulação.....	83
3.2. O dever de se informar na seara administrativa.....	84
3.3. O fundamento penal do dever de se informar	86
4. Critérios para definição da (in)evitabilidade.....	87
4.1. O agente	88
4.2. O esforço para obtenção da informação	89
4.3. A plausibilidade da dúvida ou <i>status</i> da questão	91
5. Conclusão	92
5. Considerações sobre a inexigibilidade de conduta diversa nos crimes de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A, §1º, inc. I, do Código Penal).....	95
DANILO CAMPAGNOLLO BUENO	
1. Introdução	96
2. Requisitos tratados pela jurisprudência para o reconhecimento da inexigibilidade	98
3. Da <i>ratio</i> do instituto da exigibilidade.....	100
3.1. A exigibilidade como elemento da culpabilidade.....	100
3.2. A inexigibilidade como princípio, estado de necessidade exculpante ou causa geral de exculpação.....	102
4. Dos requisitos dogmáticos da inexigibilidade aplicados ao crime do art. 168-A, §1º, do Código Penal	106
5. Considerações finais	111

Temas de Parte Especial

6. A organização criminosa no âmbito da empresa	115
DANIEL KIGNEL	
1. Introdução	115
2. A organização criminosa e seus fundamentos	117
3. A orientação objetiva da organização	118
4. A equivocada equiparação entre a organização criminosa e a organização empresarial	123
5. A orientação objetiva da organização no âmbito da empresa	126
6. Conclusão	131
7. Lavagem de dinheiro e dupla punição: uma contribuição para a racionalização da punibilidade da autolavagem à luz da doutrina do concurso de normas penais	133
LUÍS FERNANDO MARTINELLI	
1. Introdução	133
2. Lavagem de dinheiro: bem jurídico e avaliação da (in)dependência do injusto	134
3. Concurso aparente de normas penais: consunção e critérios de verificação	139
4. Concurso aparente de normas penais e a autolavagem	143
5. Concurso efetivo de normas penais	145
6. Hipóteses de cumulação, exasperação e absorção de pena	150
7. Proposição: estrutura para a resolução de casos de autolavagem..	152
Referências	158
8. A relevância penal do lançamento tributário e do término do procedimento administrativo fiscal em relação ao artigo 1º da Lei 8.137/1990: natureza jurídica e desdobramentos penais e processuais penais	161
VINICIUS BONALUMI CANESIN	
1. Introdução	162
2. A relação entre o direito tributário e o direito penal	162

SUMÁRIO

3. Relevância penal do término do procedimento administrativo fiscal e do lançamento tributário	164
4. Desdobramentos penais e processuais penais do lançamento tributário	170
4.1. Momento da conduta	170
4.2. Momento da consumação	171
4.3. Prescrição	173
4.4. Deflagração da persecução penal.....	174
5. Conclusão	175
9. Os casos de aproveitamento de ágio em reorganizações societárias sob a ótica da Lei nº. 8.137/90	177
THAÍS K. A. TERECIANO	
1. Introdução	178
2. O problema	180
3. A estrutura típica dos crimes contra a ordem tributária previstos no art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº. 8.137/90	182
3.1. As “condutas-meio” que interessam nos casos de planejamento tributário considerado abusivo.....	183
3.2. Análise à luz da tipicidade objetiva	184
3.2.1. Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias (inciso I do art. 1º da Lei nº. 8.137/90) ..	184
3.2.2. Fraudar a fiscalização tributária (inciso II do art. 1º da Lei nº. 8.137/90)	185
3.2.2.1. Inserindo elementos inexatos.....	186
3.2.2.2. Omitindo operação de qualquer natureza	187
3.3. Análise à luz da tipicidade subjetiva	188
3.3.1. A natureza do erro nos casos de planejamento tributário considerados abusivos	189
4. Tratamento do tema em outros países	191
5. Conclusão.....	192

10. Gestão temerária de instituição financeira: espaços de risco permitido, marco regulatório e a <i>business judgment rule</i>	195
EDUARDO FERREIRA DA SILVA	
1. O recurso ao marco regulatório como manifestação da teoria da imputação objetiva.....	196
2. Espaços de risco definidos pela lei e pelas normas do Sistema Financeiro Nacional	200
3. Espaços de risco definidos internamente: políticas de investimentos e o consentimento do dono do patrimônio	202
4. Dever de diligência e a <i>business judgment rule</i>	205
5. Conclusão	212
11. A responsabilidade penal do intermediador da vantagem indevida nos delitos de corrupção ativa e corrupção passiva	215
JULIANE MENDONÇA	
1. Introdução e narrativa do caso.....	216
2. Corrupção ativa	217
2.1. Considerações sobre o momento consumativo do delito de corrupção ativa: a Filha e o Genro atuaram na consumação ou no exaurimento da corrupção ativa?.....	217
2.2. Punibilidade da participação na fase do exaurimento: a Filha e o Genro podem ser punidos pela participação no exaurimento da corrupção ativa?	219
3. Corrupção Passiva	223
3.1. Corrupção passiva como tipo penal misto alternativo e o momento consumativo: a Filha e o Genro atuam na consumação ou no exaurimento da corrupção passiva?	223
3.2. Punibilidade do agente não qualificado à luz dos artigos 29, §1º, e 30 do Código Penal: a Filha e o Genro podem ser punidos pela participação em delito especial, como a corrupção passiva? .	225
4. Resolução do caso paradigma	229
5. Referências bibliográficas	231

SUMÁRIO

12. Entidades de previdência complementar podem ser consideradas instituição financeira para fins penais?.....	235
RAFAEL ESTEPHAN MALUF	
Introdução	235
1. Entidades de previdência complementar	236
1.1. Classificação das entidades de previdência complementar.....	237
1.2. Entidades fechadas e abertas e instituições financeiras.....	238
2. O conceito de instituição financeira na Lei n. 7.492/1986	239
3. Entidades fechadas de previdência complementar e o conceito penal de instituição financeira	243
4. A inaplicabilidade da Lei n. 7.492/1986 às entidades fechadas de previdência complementar.....	246
Conclusão	249
13. O tipo objetivo da ocultação no artigo 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 9.613/98	251
RACHEL LERNER AMATO	
1. Introdução	251
2. Sentido literal possível	253
3. Interpretação sistemática	255
4. Interpretação histórica	258
5. Interpretação teleológica	262
6. Concretização do resultado	266
7. Conclusão	269

Temas de Processo Penal

14. As denúncias gerais e a imputação de responsabilidade penal apenas pela ocupação de posição	273
FLÁVIA CAMPOS GUTH	
1. Introdução	273
2. A individualização das contribuições típicas praticadas no âmbito de estrutura empresariais	276

2.1. Aportes comissivos	276
2.2. Aportes omissivos.....	282
2.3. Denúncias genéricas e imputação de responsabilidade penal apenas por ocupação de posição	287
3. Conclusão	288
 15. Ainda sobre a tipicidade das sanções premiais em Acordos de Colaboração Premiada	291
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	
1. Introdução	291
2. A primeira camada argumentativa: autonomia privada.....	293
3. A segunda camada argumentativa	295
3.1. O argumento sistêmico.....	295
3.2. O argumento <i>a fortiori</i>	299
3.3. O argumento consequencialista	303
3. Conclusão.....	308
 16. Investigações internas corporativas e processo penal: a reatividade como requisito de legitimidade do procedimento privado e seus reflexos na licitude do material potencialmente probatório.....	309
ANA MARIA DO CARMO COLOMBO	
1. Apresentação do problema.....	309
2. A reatividade como requisito de legitimidade das investigações públicas e privadas	312
3. A (in)existência de dever de instaurar investigação interna corporativa	317
4. O nível de suspeita prévia exigido para assegurar a legitimidade do procedimento investigatório privado	320
5. Considerações finais	323
Referências bibliográficas	325